

SURDEZ E INSERÇÃO PROFISSIONAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SURDOS

Deafness and Professional Insertion: social representations of deaf university students

José Carlos Miraglia Magaldi

Rita de Cássia Pereira Lima

José Carlos Miraglia Magaldi é assistente Social do MEC/INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos desde 1994, especialista em Planejamento e Educação Ambiental pela Universidade Cândido Mendes (2006), capacitado em supervisão de estágio pela UFRJ (2008), Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro/Brasil (2011).

Endereço Eletrônico: jcmagaldi@terra.com.br

Rita de Cássia Pereira Lima é doutora em Educação pela Université René Descartes Paris V, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro/Brasil.

Endereço Eletrônico: ritalima@netsite.com.br

Material recebido em 25 de outubro de 2011 e selecionado em 12 de dezembro de 2011

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar representações sociais de universitários surdos sobre inserção profissional. O estudo enfatizou as relações sociais do trabalhador surdo, baseou-se em trabalhos envolvendo educação e inserção profissional de surdos e teve como referência teórico-metodológica a Teoria das Representações Sociais (TRS). Foi realizada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010. Os participantes foram dezesseis alunos das faculdades de Pedagogia e Letras Libras com experiência formal de trabalho. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, filmadas com áudio e realizadas com a mediação de um intérprete proficiente em Língua de Sinais (LIBRAS). Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo temática, que favoreceu a identificação de três unidades temáticas ligadas à

inserção profissional de surdos: Trabalho, Comunicação e Direitos Sociais. Os significados expressos nas entrevistas indicam o conflito entre duas posições que podem explicar a ancoragem da representação social dos sujeitos sobre inserção profissional de surdos: por um lado, entre as pessoas que se comunicam majoritariamente em língua portuguesa dominante no ambiente de trabalho o surdo é visto como deficiente; por outro lado, entre os surdos prevalece o enfoque mais atual identificado com as culturas surdas, o do bilinguismo no modelo antropológico defendido pela comunidade surda estudada. O estudo destaca a luta expressa no movimento social de surdos por uma nova arquitetura da educação escolar na qual esses sujeitos possam ocupar espaços de poder até então ocupados pelos ouvintes.

Palavras-chave: Surdez; Inserção profissional; Representações sociais; Universitários surdos.

ABSTRACT

This research has a imed to investigate social representations of deaf college students on employability. The study emphasized the social relations of the deaf worker, was based on works involving education and employability of the deaf and used the Theory of Social Representation as reference. It was conducted at the National Institute of Education of Deaf (INES) in the city of Rio de Janeiro. The participants were sixteen students of the faculties of Pedagogy Language Libras with formal work experience. It was conducted semi-structured interviews, recorded with audio and performed with the mediation of an interpreter proficient in Brazilian Sign Language. The data were analyzed by the thematic contents that favored to identify three thematic units connected to the employability of deaf: Work, Communication and Social Rights. The meanings expressed in the interviews indicate the conflict

between two positions that may explain a representation of social anchorage of the participants about employability of deaf: in one hand, between people who communicate mainly in the dominant language in the workplace seems to be prevailing clinical view deafness, as the deaf are reviewed as deficient; on the other hand between the deafs prevail the more actual focus that characterize this group, the bilingualism in the anthropologic model defended by deaf community studied. The study highlights the struggle expressed in the social movement of deaf people for a new about a new architecture school education in which these people may occupy positions of power until then occupied by the listeners.

Keywords: Deafness, Employability, Social Representations, Deaf College Student.

INTRODUÇÃO

A inserção profissional de surdos tem constituído objeto de estudos e pesquisas em todo o País. Esses estudos mostram um contexto profissional muito complexo, repleto de tensões e conflitos (Reis, 2006; Silveira, 2007 e Shimono, 2008). Historicamente as pessoas surdas foram excluídas do trabalho formal nas empresas, entretanto, a partir de lutas e conquistas empreendidas por este segmento, particularmente no final do século XX, esse fenômeno social vem se transformando lentamente.

Reis (2006, p. 93), em seu estudo com surdos trabalhadores da Zona Franca de Manaus, identificou as seguintes barreiras enfrentadas no trabalho: “baixo nível de escolaridade, ausência do acesso a comunicação no local de trabalho, formação profissional incipiente, perspectiva da deficiência”. Essas questões vivenciadas pelos trabalhadores surdos de Manaus se assemelham às dificuldades encontradas pelos trabalhadores (pessoas com deficiência em geral, incluindo surdos) de São Paulo, apontadas por Shimono (2008, p. 12), que relacionamos a seguir: “preconceito, discriminação, falta de credibilidade nas competências laborais, constrangimento no relacionamento gerado pela falta de convívio, condições precárias de acessibilidade”, que segundo a autora, somam-se à falta de qualificação profissional e ao baixo nível de escolarização.

Silveira (2007, p.8) realizou estudo com surdos trabalhadores do Distrito Federal, particularmente sobre a inclusão profissional e representações sociais do trabalho por surdos empregados, desempregados e por empregadores. Os resultados da análise das entrevistas foram agrupados em quatro categorias, das quais selecionamos duas: “Significados do trabalho – coisa boa, que proporciona aprendizagem e um futuro melhor, ter determinação, ter oportunidade de crescer e progredir na vida” e “Dificuldades em conseguir e perma-

necer no emprego – dificuldades de obtenção do primeiro emprego, preconceito das pessoas, dificuldades na comunicação relacionadas ao cumprimento de tarefas”.

Os significados atribuídos ao trabalho pelos surdos do Distrito Federal demonstram a perspectiva de inserção e participação social desse segmento e descarta um posicionamento passivo e dependente de benefícios assistenciais. No entanto, na categoria “Dificuldades em conseguir e permanecer no emprego” se manifesta o alto índice de rotatividade, desemprego, dificuldades de ascensão funcional, baixa remuneração, e empregabilidade concentrada nas funções de serventes e auxiliares.

Esse panorama da situação do trabalhador surdo apontado nos estudos realizados em Manaus, São Paulo e Distrito Federal indicam que a inserção profissional desse segmento de pessoas é complexa e desigual. No Brasil, a surdez, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS¹) Lei 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002) e a autonomia da pessoa surda estão envoltos numa atmosfera de desinformação muito acentuada que tem gerado situações de preconceito² no mundo do trabalho, principalmente se a surdez for relacionada exclusivamente com deficiência (Shimono, 2008). O vocábulo deficiência, que significa “insuficiência; falta; imperfeição” conforme Nascentes (1993, p. 269), associado à incapacidade

¹ A Língua de Sinais é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas. [...] Cada país tem a sua própria língua que vem a se constituir em específicas condições sociais, políticas e culturais. Rocha (2008, p. 41).

² Segundo Camino & Pereira (no prelo *apud* Lacerda *et al.*, 2002, p.166) “[...] o preconceito pode ser definido como uma forma de relação intergrupal onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo”.

de ouvir e falar fluentemente contribuiu de forma negativa para a construção da imagem profissional desses sujeitos que, ao contrário, se percebem como pessoas “normais”, capazes, e não com a falta ou deficiência de alguma função (Conforto, 2007).

A visão clínica da surdez, com ênfase no ensino da língua oral, é questionada pelos surdos ao ser considerada isolada do contexto sócio-histórico (Skliar, 2010), da luta dos sujeitos surdos no mundo e pelo respeito às culturas e identidades surdas.

A concepção de surdez na perspectiva da deficiência, que se refere a um “modelo clínico e assistencialista, baseado na perspectiva do déficit” (Sá, 2006, p. 77), tem dificultado e impedido que esses sujeitos conquistem espaços diferenciados e prestigiados socialmente na escola e no mundo do trabalho. Tal perspectiva reforça ideias estereotipadas a respeito da condição dos surdos, não contribuindo para a emancipação social e política desse segmento. Pelo contrário, estimula a dependência e a tutela.

Em outra concepção, a da abordagem da educação bilíngue (Libras e Português), a língua de sinais é adotada como primeira língua, em uma perspectiva multicultural que considera e valoriza a produção cultural desses sujeitos (Favorito, 2006). Reafirma a identidade das pessoas surdas que se autodenominam surdos, pertencentes a um segmento de minoria linguística e cultural, imersos na vida social onde há hegemonia de culturas

ouvintes. Essa concepção de surdez baseia-se na diferença linguística e validação das identidades³ surdas e das comunidades surdas (Perlin, 2010) que lutam para garantir direitos de se expressarem livremente em sua língua natural, a LIBRAS, na família, na escola, no trabalho e na vida social como um todo. Esse sentimento e atitude coletiva vêm se consolidando junto a essa população, se contrapondo ao pensamento tradicional, impregnado de tutelas frequentemente sutis ainda muito presentes nas relações sociais que envolvem esses sujeitos.

A relação de poder estabelecida nas relações sociais ao longo dos

No entanto, permanece como obstáculo a comunicação nos locais de trabalho onde se utiliza a língua portuguesa oral e escrita.

anos em nosso país, iniciando-se na família e se perpetuando na escola e no trabalho, vem entravando a transição de subalternidade dos surdos para a de sujeitos emancipados em condições de exercer poder na política, na educação, no trabalho, nas artes e na vida social.

A discussão política das pessoas surdas se caracteriza principalmente pela garantia da diferença linguística, reconhecimento das identidades surdas e das culturas surdas, que são construídas pelos

surdos que utilizam a Libras nas relações sociais, formando assim uma rede de significados a partir de informações intelectuais, artísticas, técnicas, éticas, jurídicas, estéticas (Sá, 2006).

Considerando essa conjuntura, a questão profissional emerge como oportunidade de essas pessoas alcançarem uma condição socioeconômica que proporcione uma vida autônoma e independente.

A Convenção nº 159 de 1983 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificada no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 51, de 28 de agosto de 1989 (BRASIL, 1989) e pelo Decreto 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) recomenda ações combinadas entre Estado, sociedade civil e empresas para a inclusão profissional de pessoas com deficiência, o estímulo à formação humana e profissional pautada no reconhecimento e legitimação da dignidade humana e a perspectiva de participação social crítica. A Convenção nº 159 (OIT) também determina a todo país-membro a criação de política nacional para impedir a discriminação em emprego e profissão. De acordo com os números de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do total de 37,6 milhões de vínculos empregatícios formais, 348,8 mil foram declarados como pessoas com deficiência, o que representa menos de 1% do contingente de empregos formais no Brasil, para uma população de 34.580.721 pessoas com deficiências (IBGE, 2000). Os dados indicam um nível de empregabilidade muito baixo

³ Ao se focar a questão da identidade, logo se é remetido à questão da diferença, visto que a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, que não é outra coisa senão um processo social discursivo (SÁ, 2006 p.123).

e, conseqüentemente, um elevado nível de desemprego no segmento dessas pessoas. Esse contexto evidencia a falta de oportunidades de trabalho e o baixo nível dessa empregabilidade.

Os surdos universitários, com aumento do grau de escolaridade, passam a ter expectativas diferenciadas de acesso e ascensão profissional nas empresas. No entanto, permanece como obstáculo a comunicação nos locais de trabalho se utiliza a língua portuguesa oral e escrita. Neste contexto, algumas questões podem ser colocadas: A esperada melhoria das condições de trabalho e renda compatível com o nível de escolaridade se aplica no contexto de empregabilidade desses trabalhadores universitários? Que dificuldades os surdos universitários encontram no acesso, permanência e ascensão ao trabalho?

Essas questões impactam diretamente na construção do pensamento social desses sujeitos. O autor propõe assim a Teoria das Representações Sociais (TRS), que tem como fundamento o estudo do conhecimento do senso comum no âmbito de uma abordagem psicossocial. Nesta perspectiva, as representações são fenômenos sociais dinâmicos, presentes na comunicação dos indivíduos e grupos com a função de tornar familiar e prático o conhecimento acerca de um objeto. As representações sociais compreendem o indivíduo (sempre histórico e coletivo), o objeto e o outro na sua inter-relação (Jodelet, 2005).

Tendo a TRS como fundamento teórico metodológico, esse estudo tem como objetivo geral investigar as representações sociais de universitários surdos sobre inserção pro-

fissional destacando o campo das relações sociais no trabalho. Com base nesse objetivo, duas questões de estudo serão privilegiadas: que significados esses sujeitos atribuem à inclusão profissional, permanência e ascensão funcional do trabalhador surdo? Como veem a comunicação no local de trabalho?

EDUCAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) como referência

A inserção profissional de pessoas surdas tem sido objeto de programas e ações em todo o País. A legislação específica do segmento de pessoas com deficiência e trabalho é extensa: Lei 7.853 de 1989 (BRASIL, 1989), que trata de direitos individuais e coletivos; Lei 8.112 de 1990 (BRASIL, 1990) determinando reserva de vagas em concurso público, Lei 8.213 de 1991 (BRASIL, 1991) determinando reserva de vagas nas empresas e Decreto 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) para modalidades de inserção profissional (GUGEL, 2007).

No estado do Rio de Janeiro, instituições como o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES –, instituições ligadas à defesa de direitos das pessoas com deficiência, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o movimento social organizado de pessoas surdas (Associações de Surdos e Federação Nacional de Educação e Integração

dos Surdos – Feneis) atuam de forma independente com seus usuários nas questões relacionadas ao mundo do trabalho. Eventualmente, articulam-se no sentido de discutir e encaminhar propostas junto ao poder público e à sociedade civil para viabilizar a inserção profissional da pessoa com deficiência.

Ao longo da sua história centenária, o INES vem implementando a política nacional de educação de surdos, seu processo de escolarização e de educação profissional. O setor responsável pela qualificação e encaminhamento profissional atende alunos do colégio de aplicação do instituto e surdos da comunidade. Essa ação institucional é muito antiga, com vários registros dos quais destacamos um do ano de 1901 da obra de Rocha (2010, p. 125-126):

O regulamento aprovado pelo decreto de nº 3.964 de 23 de março de 1901, assinado pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Campos Salles, e pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, define o ensino no Instituto como *literário e profissional*. [...] Quanto ao ensino profissional, o aluno teria direito a um percentual em média de 50% sobre o produto da venda dos objetos por eles fabricados. Nessa altura as oficinas eram de arte tipográfica, encadernação, douração e de sapataria. O total de alunos matriculados era em torno de cinquenta.

Ao longo dos anos essa ação passou por transformações. Na década de 1990 foi reestruturada com a criação do setor denominado DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional. Esse setor tem dotação orçamentária própria destinada ao custeio de cursos e ações socioeducativas envolvendo

os surdos e o mundo do trabalho, com uma meta anual em torno de mil atendimentos entre qualificação e encaminhamento para o trabalho. Atua na execução direta dessas atividades e em parceria com instituições públicas e privadas.

Legislação e inserção profissional de surdos

Em um contexto mais amplo, a educação escolarizada em nosso país ainda não contempla as necessidades de educação das pessoas surdas. Apesar da legislação vigente, existe um percentual significativo de surdos fora da escola, sem a formação necessária para uma inserção social digna. A dificuldade do acesso à escola de boa qualidade, a precária formação profissional e o preconceito de grande parcela do empresariado brasileiro, tem repercutido diretamente na empregabilidade das pessoas surdas que estão no mundo do trabalho, em sua maioria, ocupando cargos de auxiliares e serventes.

As oportunidades de trabalho surgem com a obrigatoriedade do cumprimento da lei de cotas pelas empresas, não havendo ainda uma disponibilização espontânea de vagas. Quando oferecidas, se concentram nas categorias funcionais, que não exigem maiores especializações, consequentemente com oferta de salários mais baixos.

As pesquisas anteriormente citadas na introdução (Reis, 2006; Silveira, 2007 e Shimono, 2008) apontam para um quadro social do trabalhador surdo com um elevado grau de dificuldades encontradas no acesso, permanência e ascensão no mundo do trabalho. Dentre as várias dificuldades

apontadas, duas são consideradas determinantes nessa relação: o ambiente linguístico predominante no local de trabalho (português - língua nacional falada e escrita) impactando diretamente na comunicação exercida no trabalho e a baixa escolarização/formação profissional do trabalhador.

A baixa “escolarização/formação” da pessoa surda vem se transformando com a inserção de alunos surdos nas universidades brasileiras em cursos presenciais e a distância. O reconhecimento da importância desse processo em nosso país

Apesar da legislação vigente, existe um percentual significativo de surdos fora da escola, sem a formação necessária para uma inserção social digna.

se deu por meio da realização em 2010, na Universidade Federal de Santa Catarina, da edição brasileira do evento denominado “Deaf Academics”, cujo foco principal é o reconhecimento dos surdos acadêmicos no mundo (Austin, Texas, Estados Unidos em 2002; Washington, DC, Estados Unidos em 2004; Estocolmo, Suécia em 2006 e Dublin, Irlanda em 2008).

O acesso da pessoa surda ao ensino superior no País vem alcançando patamares bem expressivos não só na graduação, mas também no mestrado e doutorado. Para que esse atual estágio de escolarização do surdo seja fortalecido, é neces-

sária a implementação de mudanças que interfiram diretamente nas condições de acessibilidades física, linguística e atitudinais nesses espaços, e que a educação fundamental também passe por transformações profundas, principalmente as relacionadas à convivência entre pares surdos e a presença do professor surdo no espaço educacional.

Essa perspectiva emancipatória do sujeito surdo assumindo o destino da educação de seus pares é bem antiga e foi enfraquecida após o Congresso de Milão realizado no ano de 1880. Se referindo às decisões desse congresso, Skliar (2010), ratifica a importância dos professores surdos na condução do processo educacional de seus pares.

A qualidade da inserção da pessoa surda no mundo do trabalho reproduz esse quadro histórico de subalternidade social, cultural e educacional vivido por esses sujeitos, que de posse dessa consciência social, têm condições de transformar esse contexto.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PONTE PARA O PENSAMENTO SOCIAL DE SURDOS UNIVERSITÁRIOS

As representações restauram o pensamento social dos sujeitos, a sua realidade prática. Segundo Moscovici (2009), elas são vistas como a “atmosfera” que influencia as relações dos indivíduos ou grupos. O seu processo de formação consiste em tornar um objeto novo em familiar, tornar comum e real algo não usual e incomum. Os processos geradores da representação social são denominados de “anco-

ragem e objetivação”. O autor sintetiza esses processos como:

[...] maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Ibid, 2009, p. 78).

Pelo mecanismo da ancoragem, a novidade passa por um processo cognitivo no qual o sistema de conhecimento preexistente, que envolve valores significantes, conjunto de comportamento e regras de uma determinada classe ou grupo de pessoas, filtra o novo. Esse novo conhecimento pode ser definido como normal ou aberrante, conforme ou divergente da norma, sendo assim integrado à rede de significados já existente. O mecanismo da objetivação consiste em reproduzir um conceito, algo abstrato numa imagem, que extrapola o nível do pensamento e se transforma em realidade prática que orienta e prescreve a ação dos sujeitos.

[...] uma estrutura imaginante reproduz, de forma visível, a estrutura conceitual de modo a proporcionar uma imagem coerente e facilmente exprimível dos elementos que constituem o objeto da representação, permitindo ao sujeito apreendê-los individualmente e em suas relações. O resultado dessa organização é chamado de núcleo ou esquema figurativo.” (Alves-Mazzotti, 1994, p. 7).

Na atualidade, as questões sociais de grupos minoritários⁴ tem sido objeto de interesse em vários campos do conhecimento. O cenário político se transformou e o debate se ampliou, contemplando demandas e questões específicas de grupos de mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, grupos com diferenças linguísticas e outros. A representação social de universitários surdos sobre inserção profissional poderá contribuir para o conhecimento desse fenômeno social recente na vida desses cidadãos.

Visões da realidade são apresentadas a todo o momento por grupos e pessoas que, por meio de uma correlação de forças em constante luta, fazem prevalecer seus discursos e a consequente ocupação dos espaços sociais. No contexto das pessoas surdas, o que esperamos com essa pesquisa não é falar em nome dos surdos, mas tornar público o pensamento social desses sujeitos a partir das suas próprias significações construídas no mundo da educação e do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa qualitativa (Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 2004; Bogdan e Biklen, 1994), fundamentada pela Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978). Buscamos compreender intenções e significados na inter-relação social desses sujeitos com o fenômeno social em estudo, correlacionando essas produções psicossociais impregnadas de poder e dominação, com

a estrutura social, cultural e política vigente (Sá, 2006).

Inicialmente fizemos visitas ao local para registro do projeto de pesquisa e obtenção de autorização institucional. Após sua autorização, iniciamos a pesquisa com os seguintes procedimentos: estudo da documentação institucional (publicações, programa de educação profissional e legislação vigente), observação de campo e respectivos registros em diário para uma melhor compreensão do ambiente sociocultural dos sujeitos (Sá, 1998).

A pesquisa foi registrada e autorizada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CEP sob o nº 0012.0.339.000-10 e registrada no Departamento de Desenvolvimento Humano Científico e Tecnológico do INES.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (RIZZINI *et al.*, 1999), técnica de investigação interpretativa que proporciona uma inferência mais abrangente dos significados de um texto. Como afirma Bardin (2010, p. 40) “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Campo, sujeitos da pesquisa e resultados

A pesquisa foi desenvolvida com os alunos surdos da Faculdade de Pedagogia do INES e do curso de Letras Libras da Universidade Fe-

⁴ [...] todo grupo humano em situação de desvantagem social, cultural, econômica, política ou jurídica, cujos direitos são vulnerados apenas por possuírem alguma ou algumas características diferentes das do grupo dominante da sociedade (Lopes, 2006).

deral de Santa Catarina, ensino a distancia, polo INES, no Rio de Janeiro no ano de 2010. A escolha do campo da pesquisa deveu-se ao fato de que o INES, além do ensino fundamental e médio, reúne em suas dependências essas duas faculdades, sendo a Faculdade de Pedagogia a primeira bilíngue (Libras e Português) do Brasil que adota a língua de sinais como primeira língua.

Os sujeitos participantes da pesquisa, num total de 16 alunos, foram selecionados em várias turmas, a partir do seguinte critério: universitários surdos, de ambos os sexos, que já tiveram experiência formal de trabalho. Situam-se na faixa etária compreendida entre 21 e 50 anos, com o maior percentual de universitários na faixa de 31 a 40 anos e com uma pequena concentração na faixa de 41 a 50 anos. Esta caracterização nos remete ao processo de escolarização da pessoa surda, que segundo Favorito (2006) tem seu ingresso no sistema de ensino muito tardiamente em decorrência, principalmente, de questões de natureza linguística. Quanto ao estado civil, 38% de surdos (somados os casados e separados) tiveram experiência conjugal. A constituição familiar é peculiar, com estruturação bem variada, por exemplo, casal de surdos com dois filhos ouvintes; casal de surdos com uma filha surda; casal de surdos sem filhos; surdo divorciado pensionando o filho. O maior percentual é de solteiros, com 62%. Com relação ao grau de surdez dos entrevistados, 87% tem surdez profunda. Um aspecto relevante diz respeito à participação social, política e religiosa dos entrevistados. Os dados mostram alto nível

dessa participação (81%) que se reflete no envolvimento com questões sociais gerais e, principalmente, na militância dos movimentos de pessoas surdas.

Dentre os entrevistados 17% tem formação superior completa e 11% tem pós-graduação. Os relatos do processo de escolarização dos entrevistados indicam um lugar comum no que diz respeito às dificuldades do surdo em ambientes escolares onde predominavam alunos ouvintes “Complicado, sofri bastante. [...] quando tinha que fazer trabalho em grupo, reclamavam: você não faz nada, só fica olhando, você não vai participar? E era complicado, porque me comunicar era difícil” (relato de entrevista).

A situação ocupacional dos entrevistados revela que 85% trabalhavam no ato da entrevista e deste total 20% trabalhava em dois empregos. O índice de desemprego entre os entrevistados foi de 15%. O cargo atual é majoritariamente ligado ao ensino de Libras no contexto da educação de surdos. Apenas três entrevistados atuam em outras áreas. O tempo de trabalho indica um nível elevado de permanência no mesmo local. Não temos registros de alta rotatividade no trabalho. O local de trabalho dos entrevistados se concentra na área da educação, “De fato sou professor, mas no meu contrato eu estou como instrutor” (relato de entrevista). Contratados no cargo de professor, somente três entrevistados, sendo dois professores do ensino fundamental e um no nível superior, os demais são instrutores ou Assistentes Educacionais. Quanto à promoção no trabalho, 75% nunca tiveram ascensão no

trabalho. Respondendo a nossa indagação sobre melhorias salariais advindas de promoção no trabalho, somente 25% obtiveram melhoria salarial.

Considerações finais

A inserção profissional de surdos investigada junto aos universitários que estudam no INES nos cursos de Pedagogia e Letras Libras (polo da UFSC), foi representada por esses sujeitos e relatada no corpo da pesquisa. A investigação nos permitiu conhecer os significados que esses sujeitos atribuem à inclusão profissional, indissociáveis de temas como comunicação e relações interpessoais existentes no local do trabalho, que se configuram em luta deste grupo social nos últimos anos.

Procuramos compreender essa rede de significados à luz da Teoria das Representações Sociais inferindo sobre o processo de formação desta representação por meio da abordagem processual, com apoio da metáforização (Mazzotti, 1998). Os resultados expressam um conhecimento prático, vivido no dia a dia do trabalho desses sujeitos. Foram apresentadas três tabelas com os seguintes eixos temáticos: Inserção Profissional de Surdos – Trabalho, Comunicação e Direitos Sociais extraídos das entrevistas com apoio da análise de conteúdo temática.

Eles representam a inserção profissional de surdos como um “grupo ilhado” dentro da empresa, “à margem” da comunicação e participação com os ouvintes, sendo tratados em sua maioria como “robôs” nos trabalhos de servente e auxiliar. Sentem-se dessa maneira

DEBATE

vítimas de “invisibilidade pública” no local de trabalho.

Os surdos trabalhadores nas empresas representam um quantitativo muito pequeno em relação aos demais trabalhadores ouvintes. Esse quadro se reproduz no mundo corporativo porque as empresas são historicamente constituídas de pessoas ouvintes, detentoras do processo de comunicação oral vigente no espaço profissional. Esse fenômeno de isolamento pelo qual os surdos, na condição de minoria, enfrentam nos locais de trabalho, foi exaustivamente sinalizado pelos entrevistados: “Só tinha eu no

Eles representam a inserção profissional de surdos como um “grupo ilhado” dentro da empresa, “à margem” da comunicação e participação com os ouvintes, sendo tratados em sua maioria como “robôs” nos trabalhos de servente e auxiliar. Sentem-se dessa maneira vítimas de “invisibilidade pública” no local de trabalho.

meio de muitos ouvintes”, “**Era um grupo ilhado**” (grifo nosso). Este é o sentimento do sujeito “estrangeiro” que no dia a dia, através do seu trabalho, tenta provar suas potencialidades aparentemente embotadas no isolamento involuntário dos surdos: “você só entra e trabalha [...] não há interação” (relato de entrevistado). Essa “ilha” (grifo nosso) se apresenta em vários locais de trabalho, segundo os depoimentos dos entrevistados. Há relatos sobre a existência desses grupos ilhados em empresas com muitos funcionários ouvintes, em quantitativo superior a mil funcionários e respectivo grupo de pessoas com deficiência em geral, num total de cinquenta pessoas, dentre elas as pessoas surdas. Há relatos que dão conta dessa relação majoritária de ouvintes e minoritárias de surdos em empresas onde existe apenas um ou dois surdos trabalhando.

Vários relataram que o surdo “tem que provar que é capaz”. O isolamento cultural desses sujeitos dentro da empresa, representado na metáfora “grupo ilhado”, é quebrado quando se institui a “ponte”, concretizada pela presença eventual do intérprete em eventos, reuniões e por meio do português escrito. No entanto, essa ponte é do tipo retrátil, pois na falta de um ambiente linguístico favorável ao entendimento entre os trabalhadores da empresa, ela se recolhe. É assim estabelecida novamente a separação entre as margens dessa “ilha” e o continente do outro lado (Gonçalves Filho, 2004).

Porém, novas oportunidades estão surgindo no cenário da educação e inserção profissional de surdos, apontadas pelos sujeitos dessa

pesquisa. Na atualidade, existe um conjunto de leis que favorece e estimula a participação e a acessibilidade desse segmento de pessoas em todos os espaços públicos na condição de sujeitos emancipados. No entanto, não basta a existência da legislação sem um controle social ostensivo para fazer valer a implementação dessas leis.

Os universitários surdos investigados demonstraram uma forte convicção na importância da divulgação do conhecimento por eles produzido, para dar visibilidade de suas posições ao conjunto da sociedade civil, enfatizando a necessidade de ampliação do espaço de poder e decisão da pessoa surda nas questões que lhe dizem respeito.

Outra importante medida expressa pelos entrevistados diz respeito a dar visibilidade social às questões e reivindicações deles nos movimentos sociais e artísticos de surdos direcionados ao grande público: espetáculos de teatro, televisão, cinema, publicidade, esporte. Os sujeitos enfatizam a necessidade de se projetar nos meios de comunicação social vigente a imagem dos surdos representada por eles próprios. Essa proposta tem respaldo nas recomendações da Comissão de Arte e Cultura da Federação Mundial de Surdos (WFD). Lulkin (2010, p. 39) indica essa atuação conjunta de artistas surdos e ouvintes na produção artística e cultural:

O documento sugere uma atuação conjunta entre artistas profissionais ouvintes e surdos na formação de atores, diretores, técnicos e produtores, buscando uma expressão cultural própria; enfatiza a necessidade de promover a língua de sinais nas manifestações artísticas; solicita pes-

quisas aprofundadas no campo da história e da cultura dos surdos com a inclusão desses estudos socioculturais no currículo escolar.

Os resultados indicam que há uma nova ordem social nesse campo a ser inaugurada a partir do debate livre e democrático sobre as questões da surdez. Os surdos brasileiros estão discutindo o direito de participar na construção da política nacional de educação de surdos e assumir cargos de direção e execução dessa política de educação em nosso país. Nesse cenário, vale a pena destacar que o INES, responsável pela execução dessa política desde a sua fundação em 1857, pelo professor surdo E. Huet, até o ano de 2010 teve vin-

te e sete diretores. Com exceção de seu fundador, não consta nenhum outro surdo. Isso também se reflete no quadro de pessoal do INES no qual o percentual de professores surdos em sala de aula é muito baixo e inexpressivo. O acesso ao concurso público no INES até a presente data não contemplou as recomendações do CONADE (2010) para a aplicação das provas em LIBRAS com a presença de intérprete e as demais determinações legais previstas no Decreto 5.626 (BRASIL, 2005).

Sentimos a necessidade de maior aprofundamento nas questões relacionadas ao programa de educação profissional desenvolvido no INES. É fundamental o envolvimento de

surdos, ouvintes e de instituições tais como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), assim como o envolvimento de outros atores do campo da educação de surdos e representações do empresariado incluindo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Acreditamos na importância desse ciclo de transformações em curso e esperamos que essas conclusões possam contribuir de alguma forma para que os surdos professores, mestres e doutores sejam os protagonistas de uma nova era na educação de surdos brasileira.

Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A. J. (1994). "Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação". *Em Aberto*, Brasília-DF, ano 14, nº 61, jan./mar., p. 60-78.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. (2004). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.

BARDIN, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

_____. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. Lei Dispõe sobre o apoio e integração social de pessoas com deficiência e sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.

_____. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores civis da união. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

_____. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Lei de cotas para pessoas com deficiência no trabalho. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8213compilado.htm

_____. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei10436.txt>

_____. Decreto 51, de 28 de agosto de 1989. Aprova os textos das Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). 1989. Disponível em: www.medicina-trabalho.med.br/

_____. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei 7.853, Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com deficiência. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>

CAMINO, L. e PEREIRA, C. (no prelo). (2002). "O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo". In: LACERDA (Org.). *Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais, psicologia: reflexão e crítica*.

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Recomendação nº 001/2010. Disponível em <http://www.direitoshumanos.gov.br/pessoas-com-deficiencia-1/conade>, acesso em 13/3/2010.

CONFORTO, Simone. (2007). *Ser Surdo: Um estudo das representações sociais produzidas por jovens surdos*. Rio de Janeiro: UNESA.

FAVORITO, Wilma. (2006). *O Difícil são as palavras: representações de/sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos surdos*. Campinas: Ed. Unicamp.

GONÇALVES FILHO, J.M. (2004). "A invisibilidade pública". In: COSTA, F. Braga da. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.

GUGEL, Maria Aparecida. (2007). *Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho*. Florianópolis: Oficina Editorial.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo*. 2000a. Disponível em <http://www.IBGE.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>, acesso em 19/1/2009.

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Forma de acesso. Disponível em: <http://www.ines.gov.br>, acesso em 19/8/2010.

JODELET, Denise. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

LACERDA *et al.* (2002). "Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais". *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Rio Grande do Sul: UFRGS. p. 165-178.

- LOPES, A. M. D'Ávila. (2006). "Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres". *Pensar*. v. 11, fev. Fortaleza. p. 54-59.
- LULKIN, S. Andrés. (2010). "Atividades dramáticas com estudantes surdos". In: SKLIAR, C. (Org.). *Educação e Exclusão*. Porto Alegre: Mediação.
- MAZZOTTI, Tarso Bonilha. (1998). "Investigando os núcleos figurativos como metáforas". *Jornada Internacional sobre Representações Sociais*. Natal.
- MEC – Secretaria de Ensino Fundamental, 1997. Disponível em <http://www.inep.gov.br/pesquisa>, acesso em 20/12/2010.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, dados da RAIS 2007. Disponível em <http://www.mte.gov.br>, acesso em 19/12/2010.
- MOSCOVICI, Serge. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (2009). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- NASCENTES, A. (Org.). (1993). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Globo.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. CONVENÇÃO nº 111, *Discriminação em matéria de emprego e profissão*, Decreto 62.150, de 19/1/68.
- _____, CONVENÇÃO nº 159, *Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes*, Decreto 129, de 22/5/91.
- PERLIN, Gladis T.T. (2010). "Identidades Surdas". In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- REIS, Joab Grana. (2006). *O Surdo e Mercado de Trabalho na Cidade de Manaus*. Manaus: UFAM.
- RIZZINI, I. CASTRO, M.R., SARTOR, C.D. (1999). *Pesquisando... guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula.
- ROCHA, Solange. (2008). *O INES e a Educação de Surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES.
- _____. (2010). *Memória e história: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis: Arara Azul.
- SÁ, Celso Pereira de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. (2006). *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas.
- SHIMONO, Sumiko O. (2008). *Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência*. São Paulo: Edusp.
- SILVEIRA, Flávia F. (2007). *O trabalho: representações sociais e a identidade dos surdos*. Brasília: UNB.
- SKLIAR, Carlos. (2010). "Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos". In: SKLIAR, C. (Org.). *Educação e Exclusão*. Porto Alegre: Mediação.
- _____. (Org.). (2010). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.